

O condicional reportativo no processo de construção de ponto de vista e mudança de perspectiva em discursos políticos do português brasileiro

The reportative conditional in the process of viewpoint construction and perspective shift in political speeches of Brazilian Portuguese

Beatriz de Souza Mella*
Universidade Federal de São Carlos
São Carlos, São Paulo, Brasil

Flávia Bezerra de Menezes Hirata-Vale**
Universidade Federal de São Carlos
São Carlos, São Paulo, Brasil

Resumo: Este artigo analisa o condicional reportativo como um expediente gramatical de expressão de ponto de vista e mudança de perspectiva em discursos políticos do português brasileiro. Ao propor a ampliação do escopo funcional do condicional reportativo, o estudo integra aspectos cognitivos à sua descrição. Com base na proposta de distinção dêitica-cognitiva de Vandelanotte (2019), investiga a construção dos pontos de vista, a alteração da perspectiva na emergência do uso do condicional reportativo e a relação entre a estrutura dêitica e a perspectiva do contexto discursivo, bem como a diferenciação entre perspectiva dêitica e cognitiva nos contextos analisados. Os dados originam-se de um *corpus* composto por Diários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal brasileiros. Os resultados demonstram que o condicional reportativo, ao permitir a dissociação do falante em relação à informação enunciada, constrói um ponto de vista que, ancorado deiticamente no falante, desloca a perspectiva cognitiva para um outro, atestando-o como expediente estratégico de construção dos fenômenos de ponto de vista e perspectiva discursivos.

Palavras-chave: Condicional Reportativo. Ponto de Vista. Perspectiva. Linguística Cognitivo-Funcional.

Abstract: This article analyzes the reportative conditional as a grammatical device for expressing viewpoint and perspective shift in political speeches of Brazilian Portuguese. By proposing to broaden the functional scope of the reportative conditional, the study integrates cognitive aspects into its description. Based on the deixis-cognitive distinction by Vandelanotte (2019), it investigates the construction of viewpoints, the perspective shifts in the emergence of the use of the reportative conditional, and the relationship between the deictic structure and the perspective of the discursive context, as well as the distinction between deictic and cognitive in the analyzed contexts. The data originate from a *corpus* composed of Records of the Brazilian Chamber of Deputies and Federal Senate. The results demonstrate that the reportative conditional, by allowing the dissociation of the speaker from the conveyed information, constructs a viewpoint that, while deictically anchored in the speaker, shifts the cognitive perspective to another, thus confirming it as a strategic device in the construction of discursive viewpoint and perspective phenomena.

Keywords: Reportative Conditional. Viewpoint. Perspective. Cognitive-Functional Linguistics.

* Mestra em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. E-mail: beatrizmella@estudante.ufscar.br.

** Professora Titular da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, Campus São Carlos, São Carlos/SP. Doutora e Mestra em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP/Araraquara. E-mail: flaviahiratavale@ufscar.br.

1 INTRODUÇÃO

No português brasileiro (PB), o condicional¹ pode expressar valores temporais, modais, e também evidenciais. O uso evidencial já foi descrito em outras línguas românicas como o francês (Dendale, 2010; Squartini, 2001), o italiano (Squartini, 2001), o espanhol (Böhm; Hennemann, 2014; Squartini, 2001) e o português europeu (PE) (Oliveira, 2013). No PB, entretanto, a sua descrição ainda é incipiente (Lourenço, 2016; Mella, 2020, 2024).

Lourenço (2016) e Mella (2020) descreveram o valor evidencial do condicional em textos jornalísticos e políticos, respectivamente, e demonstraram que essa forma pode atuar como um marcador gramatical de evidencialidade no PB, incluindo, entre outros subtipos, a reportatividade. Nos *corpora* analisados pelas autoras, foram identificados enunciados em que o condicional é empregado com o uso reportativo, conforme os exemplos (1) e (2):

- (1) O deputado disse apenas que essa **seria** uma solução para não desagradar os demais partidos políticos, que perderam deputados com a criação do PSD. (Lourenço, 2016, p. 93)
- (2) Um dos argumentos utilizados pelo Governo para combater esse relatório foi a alegação de que os beneficiários do BPC não **teriam contribuído** para a Previdência. (Mella, 2020, p. 52)

Em (1), a fonte da fala atribuída ao deputado não é explicitada, isto é, não se pode determinar quem presenciou o evento. Ainda assim, o verbo *dicendi* “dizer” sinaliza que a informação foi obtida de forma indireta. É a função reportativa do verbo “ser” no condicional, no entanto, que permite ao falante recusar-se a avaliar a verdade e a confiabilidade da informação. Caso fossem utilizadas formas como “foi”, “é” ou “será”, não haveria indícios de questionamento por parte do falante, que se manteria em uma posição de neutralidade em relação à fala do deputado.

O enunciado (2), por sua vez, não permite ao ouvinte identificar o meio pelo qual o falante obteve a informação de que a alegação foi utilizada pelo Governo como um dos argumentos contra o relatório, pois nenhuma referência é feita a essa fonte, de modo que ela fica inespecífica. Nesse caso, sabe-se, pela perífrase condicional “teriam contribuído”,

¹ O condicional, no PB, é formalmente marcado pela desinência verbal do futuro do pretérito. No entanto, neste artigo, entende-se que a terminologia “futuro do pretérito” está mais associada aos significados temporais que essa forma verbal pode expressar, de modo que não contempla adequadamente seus valores modais ou evidenciais. Considerando que o foco deste estudo recai sobre o valor evidencial dessa forma verbal, adota-se o termo “condicional” como mais apropriado para caracterizá-la na discussão proposta (cf. Dendale, 1993, 2010, 2012; Dendale; Coltier, 2013; Oliveira, 2013).

que o conteúdo foi obtido de forma indireta, ou seja, que ele não decorre de testemunho direto do falante. Esse efeito de sentido é alcançado pelo valor reportativo dessa forma verbal, que expressa a negação do falante em assumir quaisquer responsabilidades quanto à procedência do que está informando. Se outras formas do indicativo fossem empregadas, a interpretação seria outra, uma vez que não haveria marcas de reportatividade no enunciado, e o que se perderia não seria apenas uma noção temporal, mas modal-evidencial.

Este estudo visa a analisar o condicional reportativo como um marcador gramatical de ponto de vista e perspectiva no discurso. Para isso, adota-se um aparato teórico situado na Linguística Cognitivo-Funcional, a partir do qual o condicional é considerado um expediente linguístico não apenas funcional, mas também cognitivo. Parte-se da hipótese de que o emprego do condicional reportativo constrói um ponto de vista capaz de alterar a perspectiva no discurso.

O artigo organiza-se da seguinte forma: a seção 2 apresenta os pressupostos teóricos que embasam o estudo; a seção 3 descreve a metodologia adotada, da composição do *corpus* aos critérios de análise; a seção 4 discute os resultados obtidos; e, por fim, a seção 5 traz as considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção, apresenta-se a base teórica que fundamenta este artigo. A partir do estudo de Kronning (2018), expõe-se, brevemente, algumas das principais características do condicional reportativo, essenciais para compreender o modo como ele é aqui interpretado. Em seguida, discute-se como os fenômenos de ponto de vista e perspectiva são concebidos no âmbito deste estudo. Por fim, a seção subsequente aborda os conceitos de dêixis e cognição – relevantes à análise cognitivo-funcional de expedientes linguísticos que atuam como marcadores de ponto de vista e perspectiva, e fundamentais para a compreensão da análise a ser apresentada.

2.1 O CONDICIONAL REPORTATIVO: UM MARCADOR GRAMATICAL BICATEGORIAL

De acordo com Kronning (2018), o condicional reportativo pode ser considerado um marcador gramatical bicategorial, pois pode ser avaliado tanto pela categoria da modalização epistêmica quanto pela da evidencialidade. Segundo o autor, esse marcador expressa “[...] *modalização zero* – a recusa do falante em endossar epistemicamente o conteúdo cognitivo de seu enunciado – e um tipo particular de *evidencialidade*: o empréstimo desse conteúdo de outros (evidencialidade reportativa) [...]” (Kronning, 2018, p. 72)². Isso significa que essas duas categorias atuam de maneira conjunta nesses enunciados, reduzindo ao máximo a responsabilidade do falante em relação ao conteúdo.

² Tradução nossa.

Para além dessa redução de responsabilidade, o condicional reportativo desempenha também, segundo Kronning (2018), uma função organizacional no texto. Essa função permite que o falante insira o ponto de vista de outra pessoa sem endossá-lo epistemicamente, abrindo espaço para que ele possa refutar ou confirmar esse ponto de vista no discurso subsequente.

Desse modo, o autor não considera o condicional reportativo simplesmente como um marcador modal de dúvida, mas como um marcador gramatical de evidencialidade, uma vez que, embora não seja obrigatório em línguas românicas como o italiano, o francês e o espanhol, apresenta-se como regular nessas línguas. Para sustentar sua argumentação, Kronning (2018) analisa o objeto a partir de três propriedades:

- (i) constitui um paradigma de sufixos flexionais, enquanto marcadores com a mesma função em línguas germânicas³ não alcançam o mesmo grau de gramaticalização;
- (ii) apresenta uma diferença sistemática em relação a outras formas evidencialmente neutras do modo indicativo, sejam elas sintéticas ou perifrásticas;
- (iii) permite que o falante não especifique a fonte original da informação, mantendo-a inespecífica.

Mella (2020) considerou esses critérios de Kronning (2018) para descrever o condicional reportativo em discursos políticos do PB. O trecho (3) é uma ocorrência de seu *corpus* de pesquisa e (a), (b), (c) e (d) apresentam diferentes versões do enunciado original, com o objetivo de testá-lo:

(3) “Um dos argumentos utilizados pelo Governo para combater esse relatório foi a alegação de que os beneficiários do BPC não **teriam contribuído** para a Previdência.” (Mella, 2020, p. 52)

- a. [...] o beneficiário do BPC não **teria contribuído** [...]
- b. [...] os beneficiários do BPC não **têm/tinham contribuído** [...]
- c. [...] nós não **teríamos contribuído** [...]
- d. [...] os beneficiários do BPC não **contribuíram** [...]

No que diz respeito ao primeiro critério elencado por Kronning (2018), verifica-se que o condicional reportativo configura um paradigma de sufixos flexionais no PB. Isso se observa pela possibilidade de modificar a forma em (a) número; (b) tempo; e (c) pessoa.

Quanto à segunda propriedade, nota-se, a partir da comparação entre (3) – uma construção com o emprego da forma condicional – e (b) e (d) – em que são empregadas outras formas neutras do indicativo –, que o condicional em (3) é a única dentre essas formas capaz de expressar o descomprometimento do falante em relação ao conteúdo do

³ O advérbio *reputedly*, no inglês, e o auxiliar modal *sollen*, no alemão, por exemplo, são marcadores lexicais de reportatividade. Diferentemente das línguas românicas, que oferecem também marcadores reportativos gramaticais, marcadores lexicais não podem ser flexionados em tempo, pessoa e número e, por isso, são menos gramaticalizados.

enunciado, diferentemente do presente e do pretérito imperfeito em (b) e do pretérito perfeito em (d).

No que se refere ao terceiro parâmetro, a propriedade do condicional reportativo de manter inespecífica a fonte original da informação se confirma em (3). Não é possível identificar por quem ou por qual meio o falante obteve a informação transmitida, o que caracteriza essa ocorrência como um caso em que a fonte não é mencionada.

Com base na análise desses três critérios, Kronning (2018) considera o condicional reportativo não apenas como uma estratégia pragmática ou uma interpretação contextual de dúvida, mas como um marcador gramatical bicategorial, uma vez que expressa simultaneamente reportatividade e modalização zero.

Hattner (2018) afirma que, ao relatar uma informação em um enunciado, o falante transmite o conteúdo cognitivo de outra pessoa. Nesse sentido, entende-se que a função do condicional reportativo de dissociação do *dictum* pode ser compreendida também como uma estratégia cognitiva. É o que se discute na sequência.

2.2 AS NOÇÕES DE PONTO DE VISTA E DE PERSPECTIVA DO DISCURSO

Considerando Hattner (2018) e a descrição funcional de Mella (2020), que atestou o condicional como um marcador gramatical reportativo no PB, com base nos critérios propostos por Kronning (2018) para a descrição do objeto em outras línguas românicas, Mella (2024) propõe analisar esse fenômeno como um marcador gramatical de ponto de vista e perspectiva no discurso. Para tanto, a dimensão funcional da descrição do objeto no PB amplia-se para a dimensão cognitiva, com base em estudos cognitivo-funcionais, como os de Dancygier (2017), Dancygier e Sweetser (2012), Vandelanotte (2012, 2019) e Zeman (2019).

Para construir pontos de vista alinhados às suas intenções comunicativas, as línguas permitem aos falantes selecionar e combinar, de diversas formas, os incontáveis expedientes linguísticos por elas oferecidos, em nível lexical, gramatical e discursivo/narrativo (Dujin; Verhagen, 2019). Pesquisadores como Dancygier e Sweetser (2012), Dancygier (2017), Dancygier e Vandelanotte (2016), Dujin e Verhagen (2019) e Vandelanotte (2019) afirmam que até mesmo expedientes linguísticos que, à primeira vista, parecem não estar associados à construção de ponto de vista, na verdade, associam-se – como é o caso, por exemplo, dos determinantes e da negação. Assim, este artigo defende que o condicional reportativo é um desses expedientes gramaticais que interferem na construção de pontos de vista linguísticos e que provocam uma mudança na perspectiva discursiva.

Nos estudos linguísticos, as noções de “ponto de vista” e “perspectiva” do discurso nem sempre recebem definições suficientemente esclarecedoras, isto é, definições que cheguem a delimitar estritamente os alcances conceituais de cada um desses termos. Parrill (2012), por exemplo, aponta a recorrência de explicações circulares e insuficientes, devido aos dois termos serem, muitas vezes, definidos um pelo outro. Vandelanotte (2019) defende que é prudente não atribuir demasiada importância a essa questão terminológica, sendo adequado utilizar essas noções como intercambiáveis – como fazem diversos

linguistas e estudiosos de estilística –, desde que se sustente o conceito subjacente. O autor, contudo, faz uma ressalva: “O único risco, no entanto, pode ser que dimensões linguísticas importantes e úteis sejam negligenciadas como resultado de uma vagueza persistente e abrangente no uso de ‘perspectiva’ ou ‘ponto de vista’.” (Vandelanotte, 2019, p. 172)⁴.

Para Vandelanotte (2019, p. 170), “[...] qualquer aspecto da construção escolhida por um usuário de uma língua para uma determinada situação revela algum aspecto da perspectiva adotada.”⁵ Dancygier e Sweetser (2012, p. 4), por sua vez, entendem como “ponto de vista” “[...] todas as diferentes formas pelas quais o conteúdo é apresentado e interpretado de forma linguisticamente diferente [...]”⁶. Essas passagens evidenciam que as escolhas linguísticas realizadas por um falante, ao elaborar a construção de seu enunciado, não ocorrem de forma aleatória, mas são intencionadas e orientadas a alcançar determinada interpretação. No entanto, tais definições pouco esclarecem o domínio conceitual do uso dos dois termos, enfatizando, respectivamente, a noção de “perspectiva” ou a de “ponto de vista”.

Dancygier (2017) entende “ponto de vista” e “perspectiva” como padrões conceituais intrínsecos à linguagem, passíveis de se manifestar de diversas formas, por serem moldados por uma ampla gama de estruturas linguísticas, o que reflete sua rica complexidade. Esses fenômenos são essenciais para a construção de significados de qualquer natureza, não estando restritos a eventos ou contextos particulares.

A linguista considera “ponto de vista” um fenômeno do discurso que vai além do nível sentencial e, por isso, não deve ser analisado isoladamente nesse âmbito. Ele se vincula ao objetivo geral discursivo, aos padrões do gênero, bem como às intenções, funções e finalidades comunicativas que orientam as escolhas do falante diante da diversidade de recursos linguísticos disponíveis na língua. Para a autora, “o principal argumento é que, na maioria dos casos, as expressões linguísticas representam múltiplos pontos de vista, em vez de apenas um, e que esses múltiplos pontos de vista formam redes coerentes.” (Dancygier, 2017, p. 1)⁷. Desse modo, formada por múltiplos pontos de vista, Dancygier (2017) entende a “perspectiva” como essas redes coerentes e mais amplas de significado, orientadas a atender às necessidades do discurso como um todo.

Apesar da vaga distinção e da estreita relação entre as duas noções – o que pode justificar o uso intercambiável dos termos por diversos autores –, para evitar a negligência de dimensões linguisticamente relevantes decorrente do uso amplo e excessivo de um ou outro termo, conforme pontuado por Vandelanotte (2019), este artigo adota, com base em Dancygier (2017), o emprego dos termos como distintos, considerando: (i) “ponto de vista” como um fenômeno intersubjetivo, constantemente difundido nas representações comunicativas, construído por expedientes linguísticos diversos, escolhidos intencionalmente pelo falante com o objetivo de conduzir uma leitura orientada para a perspectiva adotada em relação à situação enunciada; e (ii) “perspectiva” como redes

⁴ Tradução nossa.

⁵ Tradução nossa.

⁶ Tradução nossa.

⁷ Tradução nossa.

coerentes de múltiplos pontos de vista, orientadas ao contexto, ao gênero e à função do discurso, a fim de atender seus objetivos como um todo, influenciando o modo como os participantes da interação constroem os pontos de vistas e sendo moldada pela experiência e por fatores ideológicos e culturais do falante.

Em síntese, entende-se, neste artigo, que os “pontos de vista” constituem estruturas pontuais e específicas, ao passo que a “perspectiva” abrange redes mais amplas de significados, que orientam o discurso em função de seus objetivos. Por meio das escolhas linguísticas, os diversos pontos de vista construídos no discurso formam redes coerentes que se alinham à perspectiva adotada.

Com base nessas premissas, hipotetiza-se que o condicional reportativo atue como um marcador da construção de um ponto de vista que, ao refletir as escolhas do falante e suas estratégias de perspectivização discursiva, tem o propósito de sinalizar seu descomprometimento com a verdade e a confiabilidade do enunciado. Para tanto, é essencial a noção de dêixis, tema da próxima seção.

2.3 A DISTINÇÃO ENTRE DÊIXIS E COGNIÇÃO EM CONSTRUÇÕES DE MÚLTIPLAS PERSPECTIVAS

Inspirado na distinção narratológica entre voz narrativa (“quem fala?”) e focalização (“quem vê? quem percebe?”), proposta por Genette (1980, 1988), Vandelanotte (2019) estabelece uma diferenciação terminológico-conceitual entre perspectiva dêitica e perspectiva cognitiva, entendida como um mecanismo relevante para as análises linguísticas de ponto de vista e perspectiva. O autor propõe que a perspectiva dêitica, relacionada ao centro dêítico “eu-você, aqui-agora”, que coordena um ato de fala, responda à questão “quem fala?”. A perspectiva cognitiva, por sua vez, responderia à questão “quem percebe?”, correspondendo aos pensamentos, percepções, crenças e atitudes, isto é, aos estados cognitivos que podem ser vistos, observados no discurso.

Essa distinção permite a Vandelanotte (2019) identificar situações em que ocorre uma marcação explícita do deslocamento da perspectiva dêitica para um novo centro dêítico, movimento que acarreta também uma mudança declarada da perspectiva cognitiva. Por outro lado, há casos em que a perspectiva dêitica pode permanecer constantemente controlada pelo falante e, ainda assim, a perspectiva cognitiva apresentar o estado cognitivo de outros conceitualizadores. Isso significa, em outras palavras, que a perspectiva cognitiva pode ser alterada por meio de expedientes linguísticos sem que haja, necessariamente, uma marcação explícita de mudança da perspectiva dêitica no enunciado. Para Evans (2005), “[...] construções que codificam valores potencialmente distintos, em uma única dimensão semântica e que refletem duas ou mais [...] perspectivas ou pontos de referência distintos [...]” (Evans, 2005, p. 99)⁸ são entendidas como construções de múltiplas perspectivas.

Constantemente, pontos de vista de terceiros são incorporados pelos indivíduos em seus próprios discursos. Vandelanotte (2012) argumenta que essas representações de fala

⁸ Tradução nossa.

e pensamento envolvem dois eventos: um atual, a partir do qual o segundo é acessado. Ao evocar esse segundo evento, o falante permite o acesso aos estados cognitivos de um outro ou de outros. Considerando que o condicional reportativo, objeto deste artigo, constitui um tipo de construção de relato, e que é da natureza dessas construções permitir o acesso ao conteúdo cognitivo de outro(s), nelas passam a coexistir duas ou mais perspectivas: a do falante atual, responsável pela construção do enunciado, e a do(s) falante(s) representado(s)⁹. Desse modo, as construções condicionais reportativas correspondem ao que se entende por construções de múltiplas perspectivas, isto é, enunciados que apresentam duas ou mais perspectivas distintas, conforme Evans (2005).

Discutidos os principais conceitos teóricos que fundamentam a análise a ser apresentada, a seção subsequente trata de descrever a metodologia adotada no estudo.

3 METODOLOGIA

De acordo com a Linguística Cognitivo-Funcional, a utilização de *corpora* é fundamental para a análise de dados linguísticos reais, baseados no uso cotidiano dos falantes. Nesse sentido, os gêneros textuais mostram-se instrumentos valiosos de análise, pois permitem explorar manifestações diversas da linguagem em contextos sociais e comunicativos distintos (Marcuschi, 2005, 2008). De natureza argumentativa, segundo Charaudeau (2006), o discurso político é um gênero textual caracterizado pela persuasão e que trata “[...] de dizer não o que é verdadeiro, mas o que eu creio ser verdadeiro e que o outro deve crer ser verdadeiro.” (Charaudeau, 2006, p. 265).

O *corpus* deste trabalho compõe-se de discursos políticos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, mais especificamente de diários das sessões nelas realizadas – documentos oficiais extensos, disponíveis nos *sites* das respectivas Casas Legislativas, que contêm a transcrição completa dessas sessões. Foram compilados 57 diários referentes aos anos de 2015, 2019 e 2022, totalizando 10.612.737 *tokens*¹⁰.

A partir dos sufixos permitidos pela forma verbal analisada, isto é, com base em um critério morfológico, procedeu-se à extração dos dados por meio do pacote *dmsocio* (Oushiro, 2018) para a plataforma R (R Core Team, 2023). Em seguida, os dados foram transferidos para o *Microsoft Excel* (Microsoft, 2019), a fim de que, por meio da função “filtro”, as ocorrências inválidas fossem descartadas. Após a limpeza, totalizaram-se 4.105 ocorrências válidas de verbos no condicional.

Inicialmente, essas 4.105 ocorrências foram analisadas quanto à pessoa e ao número do sujeito verbal. O levantamento não identificou ocorrências, no *corpus*, de sufixos de terceira pessoa correspondentes a “você(s)” e a “a gente”. Diante disso, tomou-se a decisão metodológica de analisar metade dos dados encontrados para cada um dos sufixos, seguindo a ordem de ocorrência no *corpus*, o que resultou em 2.051 dados.

⁹ Terminologia adotada por Vandelanotte (2012) para distinguir os falantes de cada evento, uma vez que, sendo eles duplicados, divergem em tempo, lugar e interlocutores.

¹⁰ *Token* é aqui considerado em sua definição computacional e não em uma distinção conceitual entre o que é *token* e o que é palavra, i.e., como critério do que é considerado como palavra para a contagem do documento de texto.

Os 2.051 dados foram analisados quanto ao uso da forma verbal em cada contexto, sendo classificados como evidenciais – reportativos ou inferenciais –, de eventualidade, temporais (Dendale, 2010) ou atenuados e polidos (Vatrican, 2013, 2014). Com base nos pressupostos teóricos de Kronning (2018), 583 ocorrências permitiram uma interpretação reportativa do condicional, o correspondente a 28,4% deles do total analisado.

Esses 583 dados reportativos foram, então, codificados segundo diferentes parâmetros de análise, dentre eles a característica da fonte da informação, de natureza semântico-pragmática. Sob esse parâmetro, as fontes poderiam ser classificadas como “específicas” ou “genéricas”. A fonte “específica” deveria ser necessariamente “explícita”, como em “o deputado João” ou “o Presidente”. Já a fonte “genérica” poderia apresentar uma menção “explícita”, porém não especificada, como “o Jornal” ou “o Ministério”; ou simplesmente não conter menção alguma, permanecendo “implícita”. A análise desse parâmetro permitiu verificar a distribuição das ocorrências quanto aos marcadores de reportatividade, distinguindo-os entre aqueles em que o condicional figurava como único marcador – caracterizando uma marcação estritamente gramatical – e aqueles em que ele coexistia com outro(s) marcador(es) reportativos, de naturezas distintas, no enunciado.

Para o tratamento do condicional reportativo como um expediente estratégico-cognitivo de construção de ponto de vista e de mudança de perspectiva no discurso, buscou-se verificar: (i) como se dá a construção de pontos de vista em discursos que empregam o condicional reportativo; (ii) se e como a perspectiva se altera com a emergência desse ponto de vista; (iii) qual é a relação estabelecida entre a estrutura dêitica dos elementos gramaticais presentes no enunciado e a estrutura da perspectiva do contexto do discurso; e (iv) de que modo se distingue a perspectiva dêitica da perspectiva cognitiva nos contextos analisados. Para tanto, além dos pressupostos teóricos de Kronning (2018) e da proposta de distinção dêitica-cognitiva de Vandelanotte (2019), adotou-se como base a interrelação entre estrutura gramatical do enunciado e a perspectiva oferecida pelo contexto discursivo, defendida por Zeman (2019) como necessária para esse tipo de análise.

A seção seguinte destina-se a descrever e a analisar os dados.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção, apresenta-se a descrição e análise dos dados. Inicialmente, discutem-se os resultados obtidos a partir do parâmetro semântico-pragmático da fonte da informação. Em seguida, analisa-se o condicional reportativo enquanto expediente gramatical de expressão de ponto de vista e de mudança de perspectiva no discurso.

4.1 O CONDICIONAL COMO MARCADOR GRAMATICAL DE REPORTATIVIDADE

Os 583 dados classificados como reportativos foram codificados com base no parâmetro da fonte da informação, a qual foi categorizada como específica (necessariamente explícita) ou genérica (implícita ou explícita) nas ocorrências.

O controle desse parâmetro teve como objetivo identificar o padrão de distribuição dos dados em relação aos marcadores reportativos empregados nas construções. Para que o condicional figurasse como o único marcador de reportatividade, a fonte da informação deveria ser classificada como genérica e implícita, isto é, não mencionada no enunciado. Nos casos em que a fonte fosse explícita (genérica ou específica), haveria, conseqüentemente, a coexistência de dois ou mais marcadores reportativos na construção.

A Tabela 1, apresentada a seguir, expõe a frequência e a proporção das ocorrências, considerando os marcadores reportativos identificados em cada uma delas, com base nos resultados da codificação do parâmetro da fonte da informação:

Tabela 1 - Frequências e proporções dos dados condicionais reportativos encontrados no *corpus* quanto aos marcadores reportativos utilizados, com base no tipo de fonte da informação

Fonte	Marcadores	Natureza	Frequência	Proporção
Implícita	Somente o condicional	Gramatical	45	7,7%
Explícita	Condicional e outros	Gramatical e lexical	538	92,3%
Total			583	100%

Fonte: Mella (2024, p. 119)

Conforme apresentado na Tabela 1, 45 das 583 ocorrências não mencionaram a fonte da informação e, portanto, apresentaram apenas o condicional como marcador de reportatividade, o que corresponde a 7,7% das ocorrências analisadas. Em contrapartida, 538 dados – o equivalente a 92,3% deles – apresentaram o objeto acompanhado de um ou mais marcadores reportativos na construção, isto é, explicitaram a fonte. Desses 538 dados, 245 derivam de fontes genéricas e 293 de fontes específicas, correspondendo a 42% e 50,3%, respectivamente.

O exemplo (4), a seguir, ilustra os 7,7% dos dados em que a fonte se encontra implícita, enquanto o exemplo (5) representa um dos 92,3% dos casos em que há menção explícita da fonte:

(4) “A execução **teria sido**_[CR.] feita pelos funcionários identificados como Daílton Jesus, Edilson Araújo e Wagner Souza.” - DCD, 05/ago/2015, p. 141¹¹ (Mella, 2024, p. 116).

(5) “Em adição, o **Senhor Deputado Mendonça Filho**_[FL.] **alega**_[VD.] que a admissão dos referidos destaques **violariam** [sic]*_[CR.] o disposto no § 2º do art. 60 da Constituição Federal, pois eles **inverteriam**_[CR.] e **desvirtuariam**_[CR.] o texto aprovado em

¹¹ Os exemplos apresentados, incluindo este e os próximos, foram extraídos do *corpus* elaborado para o desenvolvimento da pesquisa de Mella (2024). A sigla **DCD** refere-se ao “*Diário da Câmara dos Deputados*”, enquanto **DSF** diz respeito ao “*Diário do Senado Federal*”. A data informada em cada exemplo corresponde à data de publicação do respectivo diário (geralmente no dia seguinte à sessão), e a numeração das páginas segue a indicada nos respectivos documentos. Os eventuais grifos, nesses casos, são todos nossos.

primeiro turno, que, **segundo**_[LP.] **[ele]**_[FT.] **defende**_[VD.], **teria incorporado**_[CR.] “a possibilidade de financiamento empresarial de campanha” para partidos políticos, [...]” - DCD, 05/ago/2015, p. 70 (Mella, 2024, p. 117).

O trecho (4) foi classificado como de fonte implícita por não apresentar qualquer referência ao agente que forneceu a informação acerca da execução atribuída aos funcionários nomeados. Nesses casos, o condicional desempenha, exclusivamente, a função reportativa, constituindo-se como o único expediente do enunciado que indica o empréstimo da informação de um outro.

No exemplo (5), por sua vez, a fonte da informação é explicitamente identificada em “o Senhor Deputado Mendonça Filho”, o que a justifica sua classificação como explícita. Nesse enunciado, atuam como marcadores de reportatividade, além da referência à fonte, os verbos declarativos “alega” e “defende”, a preposição “segundo” e as construções verbais condicionais “violariam”, “inverteriam”, “desvirtuariam” e “teria incorporado”.

De acordo com Kronning (2018), em enunciados como (5), nos quais coexistem diferentes marcadores de reportatividade, o uso do condicional possibilita ao falante recusar-se a avaliar a verdade e a confiabilidade da informação transmitida. Essa função do condicional reportativo permite que o falante, caso deseje, manifeste posteriormente concordância ou discordância em relação ao conteúdo reportado. Outras formas verbais do indicativo, evidencialmente neutras – isto é, que não são capazes de expressar evidencialidade –, não ofereceriam essa possibilidade, uma vez que não colocariam o falante em uma posição de questionamento em relação ao conteúdo enunciado.

A codificação dos dados segundo esse parâmetro da fonte da informação permite concluir que as construções reportativas em que o condicional aparece acompanhado de outros marcadores representam o padrão prototípico (92,3%) no *corpus*. As construções em que o condicional atua como único marcador mostraram-se menos frequentes (7,7%); ainda assim, os 45 casos identificados comprovam a função reportativa dessa forma verbal no PB. Esses resultados evidenciam que, mesmo quando empregado como única marcação de reportatividade no enunciado, o condicional possibilita uma leitura desse tipo particular evidencial, o que permite classificá-lo como um marcador gramatical de evidencialidade reportativa nessa língua.

4.2 O CONDICIONAL REPORTATIVO COMO UM EXPEDIENTE GRAMATICAL DE EXPRESSÃO DE PONTO DE VISTA E MUDANÇA DE PERSPECTIVA NO DISCURSO

Para o encaminhamento da discussão desenvolvida nesta seção, parte-se de Dancygier (2017), que argumenta que a análise do ponto de vista e da perspectiva

discursiva não deve se restringir ao nível sentencial. Com base nessa premissa, apresenta-se, em (6), um fragmento de discurso¹² extraído do *corpus*:

- (6) “**Nobres pares**_[VOCÊ], Mato Grosso do Sul é um Estado com uma história republicana **recente**_[AGORA], uma história fundiária **recente**_[AGORA], um Estado de convivência pacífica entre os brasileiros que **lá**_[AQUI] vivem. [...] **Na semana passada**_[AGORA], **Deputado Chico**_[VOCÊ], chegou a informação de que a comunidade indígena da cidade de Antônio João, cansada de aguardar a decisão do STF, que está **há 10 anos**_[AGORA] debruçado sobre aquela questão e não se manifesta, decidiu entrar na área que, na sua ótica, havia sido homologada, para ocupar as fazendas do perímetro que seria homologado. Os proprietários convocaram uma reunião. **Eu**_[EU] para **lá**_[AQUI] **me**_[EU] dirigi **na sexta-feira**_[AGORA], **para Campo Grande**_[AQUI], com o Senador Moka, a Deputada Federal Tereza Cristina, do PSB desta Casa, e o Deputado Carlos Marun. [...] Bem, chegando **lá**_[AQUI], **[nós]**_[EU] sentamos à mesa, o Senador Moka, eu e a Deputada Tereza, com a Presidente do Sindicato, que é proprietária de uma dessas áreas ocupadas e fez um desabafo sobre tudo que entende que ocorreu de desmando na sua vida, na situação em que ela estava. [...] Ela decidiu **naquele momento**_[AGORA] ir em direção à sua casa, para morrer, ou para o que fosse acontecer, e **naquele momento**_[AGORA] chamou as pessoas para irem à sua propriedade. [...] Como Parlamentar e como médico, **[eu]**_[EU] senti-**me**_[EU] impelido a ir. [...] E **[eu]**_[EU] fui **àquele local**_[AQUI]. No meio do caminho, **[eu]**_[EU] encontrei um camburão da Polícia Militar. **[Eu]**_[EU] Parei, e disseram-**me**_[EU] para entrar. [...] **[Eu]**_[EU] Fui com eles, e ao chegar **[eu]**_[EU] encontrei a seguinte cena: os proprietários com seus carros parados, uma fila com mais ou menos 30, 40 carros, **a sede da fazenda**_[AQUI] cercada, um pátio, um pequeno mata-burro, uma barricada, algo em torno de 15 índios e de 10 a 15 índias, muitas com crianças no colo. [...] Após **40 minutos**_[AGORA] de negociação os proprietários entraram **nesse pátio**_[AQUI], e houve uma cena de barbárie. [...] Após **5 ou 10 minutos**_[AGORA] de batalha campal, essas pessoas saíram, os índios saíram. [...] **[Eu]**_[EU] Conversei com o Senador Waldemir Moka, que me disse que a força de segurança estava a caminho. **[Eu]**_[EU] Aguardei por **2 horas**_[AGORA]. [...] **Nesse ínterim**_[AQUI], esses proprietários saíram para defender uma ponte de madeira na qual **teria sido jogado**_[CR] **óleo diesel**, que ia ser incendiada, e ninguém mais **entraria**_[CR], nem **sairia**_[CR]. **Eu**_[EU] permaneci **nessa sede**_[AQUI]. **Quando a Força de Segurança chegou**_[AGORA], rapidamente viu que **ali**_[AQUI] já não havia conflito. **[Nós]**_[EU] Fomos em direção a **essa ponte, a mil metros de uma segunda sede**_[AQUI], onde já tinha havido outro conflito. [...]

¹² Para fins de apresentação neste artigo, o fragmento foi parcialmente recortado devido à sua extensão original. Os recortes foram realizados de forma a preservar os elementos essenciais da estrutura dêitica e do contexto, garantindo não comprometer a análise apresentada.

Após **15 ou 20 minutos**_[AGORA], **em uma mata a 800 metros**_[AQUI], ouviu-se um estampido, **Deputado Ivan**_[VOCÊ], um único estampido. [...] Os índios começaram a se movimentar. Depois de **10 ou 15 minutos**_[AGORA], aproximadamente, vieram de **lá**_[AQUI], pelo fundo, trazendo um corpo. Se houvesse alguém ferido, **eu**_[EU] faria o primeiro atendimento. Não **me**_[EU] foi permitido ir. [...]

Eu_[EU] saí de **lá**_[AQUI] por volta de **5 horas da tarde**_[AGORA] e **[eu]**_[EU] presenciei a total ausência do Estado brasileiro, federal, estadual e municipal. [...] **Eu**_[EU] faço **aqui**_[AQUI] um apelo **aos Parlamentares**_[VOCÊ], ao juízo **desta Casa**_[AQUI], no sentido de que não haja extremismos, mas que haja a construção de um entendimento no Parlamento para pacificar essa relação, porque houve mais uma morte, mais um dia de violência **no campo**_[AQUI].

Desculpe-**me**_[EU], **Deputada Alice Portugal**_[VOCÊ]. Perdoem-**me**_[EU] por ter extrapolado o tempo, mas **eu**_[EU] tinha de fazer este relato **desta tribuna**_[AQUI]. Muito obrigado, **Sr. Presidente**_[VOCÊ].” - DCD, 02/set/2015, p. 117-118 (Mella, 2024, p. 121-122).

O discurso do qual foi extraído o fragmento trata do conflito fundiário entre proprietários rurais e comunidades indígenas no município de Antônio João, no Mato Grosso do Sul. A situação relatada fundamenta-se em acontecimentos presenciados pelo próprio falante – o deputado –, cujo objetivo central é denunciar a omissão do Estado brasileiro e o descaso do Supremo Tribunal Federal diante da gravidade dos conflitos na região. Conflitos esses marcados pela falta de medidas eficazes de resolução e pela ausência de intervenções de segurança que sejam capazes de evitar novos episódios de violência. Ao dirigir-se aos demais parlamentares, o deputado busca sensibilizá-los quanto à urgência do problema e cobrar ações concretas das instituições responsáveis.

Para atingir esse objetivo, posicionando-se como testemunha direta dos fatos, o orador orienta a construção dos pontos de vista discursivos a partir de uma perspectiva crítica em relação ao Estado e ao Supremo Tribunal Federal, responsabilizando-os pela negligência na condução dos conflitos fundiários.

Levando em conta a interação entre estrutura gramatical e contexto discursivo, destacada por Zeman (2019) como central para o estudo da perspectiva, bem como a distinção entre dêixis e cognição proposta por Vandelanotte (2019), considera-se, neste artigo, a relevância da análise dêitica para a investigação do ponto de vista e da perspectiva discursiva. Essa análise baseia-se nas coordenadas do centro dêitico (“eu, você – aqui, agora”), fundamentais para o tipo de estudo realizado.

Analisa-se, inicialmente, o trecho destacado em (6a):

(6a) “**Nobres pares**_[VOCÊ], Mato Grosso do Sul é [...] um Estado de convivência pacífica entre os brasileiros que **lá**_[AQUI] vivem. [...]”

Ao observar o trecho (6a), nota-se que o fragmento se inicia com o direcionamento explícito do falante aos seus ouvintes por meio da forma de tratamento “Nobres pares”. Essa escolha evidencia um ponto de vista ancorado no centro dêitico do falante, uma vez

que os ouvintes são posicionados como destinatários imediatos da mensagem, correspondendo ao “você” desse centro.

Ainda em (6a), ancorado no “aqui” do centro dêitico do falante, o advérbio “lá” delimita o espaço sobre o qual se fala – Mato Grosso do Sul –, em contraste com o local onde o discurso é proferido, Brasília.

Apresenta-se, em seguida, o trecho (6b):

(6b) “**Na semana passada**_[AGORA], **Deputado Chico**_[VOCÊ], chegou a informação_[PC] de que a comunidade indígena da cidade de Antônio João, cansada de aguardar a decisão do STF, que está **há 10 anos**_[AGORA] debruçado sobre aquela questão e não se manifesta, decidiu entrar na área que, na sua ótica_[PC], havia sido homologada, para ocupar as fazendas do perímetro que seria homologado.”

Em (6b), os marcadores temporais “Na semana passada” e “há 10 anos” estão baseados no momento da fala, isto é, no “agora” do falante, enquanto “Deputado Chico” faz referência ao “você” do centro dêitico, isto é, a quem ele dirige o trecho. A análise dos marcadores dêiticos em (6a) e (6b) revela que a perspectiva dêitica permanece alinhada ao centro do falante, mantendo-se sob seu controle.

No que se refere à perspectiva cognitiva, respondendo à pergunta “Quem percebe?” (Vandelanotte, 2019), observa-se que, em (6a), os estados cognitivos expressos pertencem exclusivamente ao falante – isto é, o conteúdo reflete suas próprias percepções –, de modo que as perspectivas dêitica e cognitiva coincidem nesse trecho. Em (6b), contudo, há deslocamentos da perspectiva cognitiva. Em “chegou a informação”, o falante explicita a obtenção indireta da informação. Em “na sua ótica”, contudo, demarca que o conteúdo subsequente não reflete o seu próprio ponto de vista, mas o da comunidade indígena. Assim, em (6b), com esses deslocamentos cognitivos, as perspectivas dêitica – centrada no falante – e cognitiva – transferida a outros – não são coincidentes como ocorre em (6a).

A seguir, observa-se o trecho (6c):

(6c) “Bem, chegando **lá**_[AQUI], **[nós]**_[EU] sentamos à mesa, o Senador Moka, eu e a Deputada Tereza, com a Presidente do Sindicato, que é proprietária de uma dessas áreas ocupadas e fez um desabafo sobre tudo que entende que ocorreu de desmando na sua vida, na situação em que ela estava. [...] Ela decidiu **naquele momento**_[AGORA] ir em direção à sua casa, para morrer, ou para o que fosse acontecer, e **naquele momento**_[AGORA] chamou as pessoas para irem à sua propriedade. [...] Como Parlamentar e como médico, **[eu]**_[EU] senti-**me**_[EU] impelido a ir. [...] E **[eu]**_[EU] fui **àquele local**_[AQUI].”

Em (6c), em termos de perspectiva dêitica, os marcadores espaciais “lá” e “àquele local” estabelecem referências em relação ao “aqui” do centro dêitico do falante, ao passo que “naquele momento” situa temporalmente os eventos no passado em relação ao seu

“agora”. Os empregos do pronome pessoal “eu”, por sua vez, evidenciam o envolvimento direto do falante na situação discursiva.

No que diz respeito à perspectiva cognitiva, mesmo em “ela decidiu” – que, à primeira vista, parece sugerir a atribuição do estado cognitivo a um terceiro –, considera-se que o domínio da cognição permanece sob controle do falante, porque as situações são narradas a partir de sua própria percepção.

Passa-se à análise do trecho (6d):

- (6d) “Após **40 minutos**_[AGORA] de negociação os proprietários entraram **nesse pátio**_[AQUI], e houve uma cena de barbárie. [...] Após **5 ou 10 minutos**_[AGORA] de batalha campal, essas pessoas saíram, os índios saíram. [...]”

Em (6d), os elementos “40 minutos” e “5 ou 10 minutos” funcionam como marcadores temporais ancorados na percepção do falante acerca da duração dos acontecimentos narrados, situados em um momento anterior ao da fala. Esse enquadramento temporal é reforçado pelo uso de verbos no pretérito perfeito, como “entraram”, “houve”, “saíram” e “aguardei”, que indicam eventos iniciados e concluídos no passado, tal como observado nos trechos anteriores de (6a) a (6c).

Analisa-se, então, o trecho (6e):

- (6e) “**Nesse ínterim**_[AQUI], esses proprietários saíram para defender uma ponte de madeira na qual **teria sido jogado**_[CR] óleo diesel, que *ia*¹³ ser incendiada, e ninguém mais **entraria**_[CR] nem **sairia**_[CR]. [...]”

No trecho (6e), observa-se a construção de pontos de vista demarcados pelo uso do condicional reportativo “teria sido jogado”, “entraria” e “sairia”. Tratam-se de escolhas linguísticas evidenciais, gramaticalmente demarcadas, uma vez que o falante poderia ter recorrido ao pretérito perfeito – forma verbal evidencialmente neutra –, como nos trechos anteriormente analisados, mas opta pelo condicional.

Ao empregar essas formas condicionais “teria sido jogado”, “entraria” e “sairia”, em vez do pretérito perfeito “foi jogado”, “entrou” e “saiu”, o falante não visa apenas à mera expressão temporal dos eventos. Busca-se, sobretudo, a inclusão de um traço semântico reportativo, por meio do qual o falante recusa-se a endossar qualquer tipo de avaliação quanto à verdade e à confiabilidade dessa informação. Essa recusa de endosso não poderia ser alcançada por meio de outras formas verbais, evidencialmente neutras, se não pela forma condicional. A escolha do falante, portanto, revela-se intencional e estrategicamente orientada.

Esses empregos verbais em (6e) permitem avaliar que, embora a perspectiva dêitica permaneça sob o domínio do falante – ou seja, ancorada em seu centro dêitico –, a

¹³ Na linguagem do cotidiano, é frequente o uso do pretérito imperfeito com valor condicional. Nesses casos, a forma “ia” apresenta equivalência semântico-pragmática com “iria”, embora se diferenciem formalmente. No entanto, por uma questão de delimitação do escopo da pesquisa, ocorrências desse tipo não foram consideradas como válidas para análise.

perspectiva cognitiva, nesses casos, não lhe pertence. Com o emprego do condicional, o falante objetiva explicitar que está transmitindo um conteúdo cuja fonte não é ele mesmo, mas algum outro, ainda que não faça menção alguma a esse outro. Isso equivale a dizer que, na construção de pontos de vista por formas condicionais, a perspectiva dêitica permanece sob o controle do falante, mas a cognitiva é deslocada para o domínio de um terceiro, representado no discurso.

A título comparativo, consideram-se os trechos (6b'), um ponto de vista construído com o pretérito perfeito, e (6e'), com o condicional:

(6b') “[...] chegou a informação_[PC] de que a comunidade indígena [...] **decidiu** entrar na área [...]”

(6e') “[...] esses proprietários saíram para defender uma ponte de madeira na qual **teria sido jogado**_[CR] óleo diesel [...]”

Ambos os trechos, (6b') e (6e'), veiculam conteúdos não pertencentes ao domínio cognitivo do falante. Contudo, há uma diferença crucial na postura que o falante assume diante de cada construção de ponto de vista. Em (6b'), não é a forma verbal “decidiu” a responsável por deslocar a perspectiva cognitiva do falante para um domínio cognitivo externo, mas a construção “chegou a informação”. Isso porque essa forma no pretérito perfeito não veicula um valor evidencial e, tão logo, não transmite qualquer sinal de questionamento do falante com relação ao conteúdo relatado. Em (6e'), no entanto, o condicional “teria sido jogado”, por seu valor evidencial, sinaliza uma recusa de endosso e uma consequente dissociação do conteúdo, que, pela forma verbal utilizada, passa a ser atribuído a outro.

Caso o falante utilizasse, em (6e'), uma forma equivalente à de (6b'), como em (6e''), o efeito de sentido seria outro:

(6e'') “[...] esses proprietários saíram para defender uma ponte de madeira na qual **foi jogado** óleo diesel [...]”

No caso de (6e''), o pretérito perfeito apagaria a função reportativa expressa pelo condicional e, consequentemente, a dissociação do falante em relação ao conteúdo veiculado, evidenciando que a escolha de uma forma verbal ou outra na construção de um ponto de vista não se limita a alterar apenas o valor temporal do enunciado.

Apresenta-se o trecho (6f):

(6f) “**Quando a Força de Segurança chegou**_[AGORA], rapidamente viu que **ali**_[AQUI] já não havia conflito. **[Nós]**_[EU] fomos em direção a **essa ponte, a mil metros de uma segunda sede**_[AQUI], onde já tinha havido outro conflito. [...]”

Em (6f), observa-se as perspectivas dêitica e cognitiva voltam a coincidir, ancoradas no centro dêitico do falante, que passa a construir os pontos de vista do discurso com base em sua própria percepção dos fatos.

A análise, por fim, encerra-se com (6g):

(6g) “[...] **Eu**_[EU] faço **aqui**_[AQUI] um apelo aos Parlamentares, ao juízo **desta Casa**_[AQUI], no sentido de que não haja extremismos, mas que haja a construção de um entendimento no Parlamento para pacificar essa relação, porque houve mais uma morte, mais um dia de violência **no campo**_[AQUI]. [...]”

No trecho (6g), o deputado dirige um apelo aos demais parlamentares e reaproxima as marcações de centro dêitico (“aqui” e “desta Casa”) para as coordenadas da situação de fala atual. Para isso, utiliza verbos no presente (“faço”, “haja” e “pacificar”) e, também por meio da marcação de primeira pessoa “eu”, evidencia que a perspectiva cognitiva, neste trecho, parte de seus estados cognitivos.

A análise do fragmento permitiu demonstrar que o condicional reportativo, em virtude de suas propriedades semântico-pragmáticas, atua como um marcador gramatical de ponto de vista, capaz de alterar a perspectiva cognitiva do discurso. Ao manter o controle da perspectiva dêitica, o falante lança mão desse expediente gramatical para provocar um deslocamento na perspectiva cognitiva do discurso, de modo que ela deixe de coincidir com o domínio da perspectiva dêitica e passe a ser atribuída a um outro, representado pelo discurso.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo apresentou uma nova perspectiva de análise do condicional reportativo. Ao propor uma descrição integrada de seus aspectos cognitivos e funcionais, tratou-o não apenas como um marcador gramatical de evidencialidade no PB, mas também como marcador estratégico gramatical de construção do fenômeno de ponto de vista e de mudança de perspectiva no discurso.

Os dados extraídos de um *corpus* composto por Diários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal permitiram demonstrar que o condicional reportativo é capaz de conferir uma interpretação evidencial ao enunciado, mesmo quando é o único marcador de reportatividade nele presente. Além disso, em virtude de suas propriedades dêiticas e semântico-pragmáticas, verificou-se que, de fato, pode ser avaliado como um expediente gramatical estrategicamente empregado para construir um ponto de vista de dissociação do falante em relação à informação transmitida, o que é alcançado por meio do deslocamento da perspectiva cognitiva no discurso. Esses resultados evidenciam que este é um objeto multifacetado, que permite ser analisado de diversas formas.

Além de contribuir para o panorama de pesquisas sobre condicional evidencial no PB, este artigo visa a incentivar o desenvolvimento de estudos que tratem do ponto de vista e da perspectiva como fenômenos discursivos nessa língua. A proposta de analisar o condicional reportativo no PB como um marcador gramatical cognitivo-funcional é

inédita e, portanto, a análise apresentada se configura apenas como um ponto de partida para inúmeras investigações que podem ser aprofundadas e desenvolvidas nesse âmbito, tanto para o PB quanto para outras línguas.

REFERÊNCIAS

BÖHM, V.; HENNEMANN, A. A. The Evidential Use of the Spanish Imperfect and the Conditional in Journalistic Contexts. *Studia Neophilologica*, Londres, v. 86, n. 2, p. 183-200, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/00393274.2014.933661>>. Acesso em: 04 jul. 2025.

CHARAUDEAU, P. O discurso político. In: EMEDIATO, W.; MACHADO, I.; MENEZES, W. (Org.). *Análise do discurso: gêneros, comunicação e sociedade*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2006. p. 251-268. Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/site/e-livros/An%C3%A1lise%20do%20Discurso%20-%20G%C3%AAneros,%20Comunica%C3%A7%C3%A3o%20e%20Sociedade.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2025.

DANCYGIER, B. Viewpoint phenomena in constructions and discourse. *Glossa: a journal of general linguistics*, Londres, v. 2(1), n. 37, p. 1-22, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.5334/gjgl.253>>. Acesso em: 04 jul. 2025.

DANCYGIER, B.; SWEETSER, E. (Org.) *Viewpoint in Language: A Multimodal Perspective*. Nova York: Cambridge University Press, 2012.

DANCYGIER, B.; VANDELANOTTE, L. Discourse viewpoint as network. In: DANCYGIER, B.; LU, W.; VERHAGEN, A (Org.). *Viewpoint and the fabric of meaning: Form and Use of Viewpoint Tools across Languages and Modalities*. Berlim: De Gruyter Mouton, 2016. p. 13-40.

DENDALE, P. Le conditionnel de l'information incertaine: marqueur modal ou marqueur évidentiel? In: HILTY, G. (Org.). *Actes du XX Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes*, Université de Zurich. Tübingen: Francke, 1993. p.165-176. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/285822578_Le_conditionnel_de_l'information_incertaine_Marqueur_modal_ou_marqueur_evidentiel>. Acesso em: 04 jul. 2025.

DENDALE, P. Il serait à Paris en ce moment. Serait-il à Paris? A propos de deux emplois épistémiques du conditionnel. Grammaire, syntaxe, sémantique. In: CASTRO, C. A., BANGO DE LA CAMPA, F. M.; DONAIRE, M. L (Org.). *Liens linguistiques: Etudes sur la combinatoire et la hiérarchie des composants*. Berna: Peter Lang, 2010. p. 291-317. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/305770391_'Il_serait_a_Paris_en_ce_mom

ent_Serait-il_a_Paris_'_A_propos_de_deux_emplois_epistemiques_du_conditionnel_Grammaire_syntaxe_semantique>. Acesso em: 04 jul. 2025.

DENDALE, P. Le conditionnel <journalistique>, marqueur de modalisation en discours second: éléments d'archéologie grammaticale. In: BRANCA-ROSOFF, S. et. al. (Org.). *L'hétérogène à l'œuvre dans la langue et les discours: Hommage à Jacqueline Authier-Revuz*. Limoges: Lambert-Lucas, 2012. p. 229-248. Disponível em: <https://www.lambert-lucas.com/wp-content/uploads/2020/02/l_heterogene_a_l_oeuvre_oa.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2025.

DENDALE, P.; COLTIER, D. Sodome et Gomorrhe et l'emploi du conditionnel. In: GENEVIÈVE, H. S.; SERÇA, I. (Org.). *Marcel Proust et la forme linguistique de la Recherche*. Paris: Honoré Champion, 2013. p. 131-160. Disponível em: <https://www.academia.edu/27438019/Sodome_et_Gomorrhe_et_l_emploi_du_conditional>. Acesso em: 04 jul. 2025.

DUJIN, M.; VERHAGEN, A. Recursive embedding of viewpoints, irregularity, and the role for a flexible framework. *Pragmatics*, Amsterdam, v. 29(2), p. 198-225, 2019. Disponível em: <https://benjamins.com/catalog/prag.18049.van?srsltid=AfmBOoo_ejtPTCeU-REVxcWQ2ke4pGgyoB4VmlSZQrUXG3mXM13GCpEW>. Acesso em: 04 jul. 2025.

EVANS, N. View with a View: Towards a Typology of Multiple Perspective Constructions. In: COVER, R.; KIM, Y. (Org.). *Proceedings of the Thirty-First Annual Meeting of the Berkeley*. Berkeley: Berkeley Linguistics Society, 2005. p. 93-120. Disponível em: <<https://journals.linguisticsociety.org/proceedings/index.php/BLS/article/view/3429>>. Acesso em: 04 jul. 2025.

GENETTE, G. *Narrative Discourse: an essay in method*. Ithaca: Cornell University Press, 1980. Disponível em: <<https://dn790007.ca.archive.org/0/items/NarrativeDiscourseAnEssayInMethod/NarrativeDiscourse-AnEssayInMethod.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2025.

GENETTE, G. *Narrative Discourse Revisited*. Ithaca: Cornell University Press, 1988.

HATTNER, M. M. D. A. A expressão lexical da evidencialidade: reflexões sobre a dedução e a percepção de evento. *Entrepalavras*, Fortaleza, v. 8, n. esp., p. 98-111, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/38400>>. Acesso em: 04 jul. 2025.

KRONNING, H. Le conditionnel épistémique: propriétés et fonctions discursives. *Langue française*, Paris, n. 173, p. 83-97, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.3917/lf.173.0083>>. Acesso em: 04 jul. 2025.

KRONNING, H. Epistemic modality and evidentiality in Romance: the Reportative Conditional. In: GUENTCHÉVA, Z. (Org.). *Epistemic Modalities and Evidentiality in cross-Linguistic Perspective*. Berlin: De Gruyter Mouton, 2018. p. 69-102. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/324465815_Epistemic_modality_and_evidentiality_in_Romance_the_Reportive_Conditional>. Acesso em: 04 jul. 2025.

LOURENÇO, F. P. C. *O condicional evidencial no gênero jornalístico*. 2016. 122 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/items/bacda5d2-fb6f-4e0e-bf06-d3723f1bf621>>. Acesso em: 04 jul. 2025.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Org.). *Gêneros textuais e ensino*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p. 19-36.

MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

MELLA, B. S. *O uso do condicional evidencial no gênero “discurso político” no português do Brasil*. 2020. 66 f. Relatório (Iniciação Científica) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020.

MELLA, B. S. *O condicional evidencial reportativo em discursos políticos do português brasileiro: uma descrição cognitivista dos fenômenos de ponto de vista e perspectiva*. 2024. 157 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2024. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/items/77164f7f-19dc-4346-a27e-a935d1bb9843>>. Acesso em: 04 jul. 2025.

MICROSOFT. *Microsoft Excel* (Office 2019). Microsoft Windows, 2019.

OLIVEIRA, T. *Valores de (inter)subjetividade na análise semântica: a marcação da distância*. 2013. 211 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2013. Disponível em: <<https://run.unl.pt/handle/10362/11801>>. Acesso em: 07 jul. 2025.

OUSHIRO, L. *dmsocio*. v0.2.0. Disponível em: <oushiro.shinyapps.io/dmsocio>. 2018. Acesso em: 8 fev. 2024.

PARRILL, F. Interactions between discourse status and viewpoint in co-speech gesture. In: DANCYGIER, B.; SWEETSER, E. (Org.) *Viewpoint in Language: A Multimodal Perspective*. Nova York: Cambridge University Press, 2012. p. 97-112.

R CORE TEAM. R: A language and environment for statistical computing. Vienna: R. Foundation for Statistical Computing, 2023. Disponível em: <<http://www.R-project.org/>>. Acesso em: 19 out. 2024.

SQUARTINI, M. The internal structure of evidentiality in Romance. *Studies in Language*, Amsterdam, v. 1.25, n. 2, p. 297-334, 2001.

VANDELANOTTE, L. “Wait till you got started”: how to submerge another’s discourse in your own. In: DANCYGIER, B.; SWEETSER, E. (Org.) *Viewpoint in Language: A Multimodal Perspective*. Nova York: Cambridge University Press, 2012. p. 198-218.

VANDELANOTTE, L. Changing Perspectives: Something old, something new. *Pragmatics*, Amsterdam, v. 29(2), p. 170-197, 2019. Disponível em: <<https://benjamins.com/catalog/prag.18046.van>>. Acesso em: 04 jul. 2025.

VATRICAN, A. El condicional de cortesía en español: la hipótesis como forma de atenuación. In: CABEDO NEBOT, A.; AGUILAR RUIZ, M. J.; LÓPEZ-NAVARRA VIDAL, E. (org.). *Estudios de lingüística: investigaciones, propuestas y aplicaciones*. València: Universitat de València, 2013. p. 469–480. Disponível em: <https://www.uv.es/canea/archivos/Estudios_linguistica_2013.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2025.

VATRICAN, A. Usos y valores modales del condicional en español. *Archivum*, Oviedo, v. 64, p. 239-273, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.17811/arc.64.2014.239-274>>. Acesso em: 04 jul. 2025.

ZEMAN, S. The emergence of viewpoints in multiple perspective constructions. *Pragmatics*, Amsterdam, v. 29(2), p. 226-249, 2019. Disponível em: <<https://benjamins.com/catalog/prag.18051.zem>>. Acesso em: 04 jul. 2025.

Recebido em: 16/08/2025

Aprovado em: 19/12/2025

Publicado em: 08/01/2026